

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte pode entrar no 1º lote de restituição se entregar IR hoje..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Dweck quer qualidade no serviço público - LU AIKO OTTA..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Principal reforma é não retroceder, diz Lira..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos querem mais participação na reforma..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Sem educação no longo prazo, ajuste fiscal não resolve"..... 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não adianta ministério se a expectativa é ter emenda"..... 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: Brasil é diferente de 2002 e precisa de "acomodações políticas"..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Vamos fazer a reforma tributária possível", diz Lira..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que impactos do novo arcabouço vão transpassar a gestão Lula..... 16

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Banco Mundial critica incentivos tributários à Zona Franca de Manaus..... 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad chega ao Japão para estreitar laços com comunidade global e apresentar plano de voo
ao G7..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator do arcabouço estuda travar gasto com servidor se meta estourar..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação do Nordeste supera média de outras regiões do Brasil, diz FGV..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Copom reconhece melhora fiscal na ata..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Galípolo defende diálogo com o BC..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom volta a pedir "serenidade e paciência" com Selic..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Regra fiscal reduziu risco de cenário extremo de alta da dívida e pode baixar inflação, diz BC
..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Crédito de banco público sobe mais que privado pela 1º vez desde 2016.....34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Galípolo afirma que quer ser "facilitador" na relação do BC com a Fazenda..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tebet indica que governo aceitará mudanças no projeto..... 39

Contribuinte pode entrar no 1º lote de restituição se entregar IR hoje

Cristiane Gercina

Os contribuintes que entregarem a declaração do Imposto de Renda 2023 até esta quarta-feira (10) e atenderem a alguma regra da **Receita Federal** que os coloca como prioritários poderão receber a restituição no primeiro lote, em 31 de maio.

Segundo o fisco, as declarações recebidas até 10 de maio estarão habilitadas para entrar no primeiro lote desde que integrem a ordem de prioridade e não caiam na malha fina. Tem direito à prioridade na restituição idosos com 80 anos ou mais; idosos com 60 anos ou mais e pessoas com deficiência e portadores de doença grave; contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; e contribuintes que optaram por fazer a declaração pré-preenchida ou escolheram receber a restituição por meio do Pix.

Em 2022, o primeiro lote do IR teve 3,4 milhões de contribuintes e pagou R\$6,3 bilhões. Em 2023, 73,4% das declarações terão imposto a restituir.

Haverá mais quatro lotes de pagamento entre junho e setembro, com depósitos no último dia útil de cada mês. A ordem seguirá a relação de contribuintes prioritários e a data de entrega. Uma semana antes a Receita libera a consulta com CPF dos contemplados.

A restituição é corrigida pela taxa básica de juros da economia, a Selic. O índice de correção é definido no mês e costuma ser divulgado um pouco antes da data do pagamento.

Também vence nesta quarta o prazo para colocar em débito automático todas as cotas do Imposto de Renda a pagar.

O contribuinte que deve IR pode parcelar os valores em até oito vezes. A primeira cota deve ser paga até 31 de maio.

A entrega das declarações termina às 23h59 do dia 31 de maio. Quem é obrigado a declarar e perde o prazo para multa mínima de R\$ 165,74.

São esperados entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Em 2022, o fisco recebeu mais de 36 milhões de declarações, acima da previsão inicial de 34,4 milhões.

Está obrigado a declarar o IR em 2023 quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022, entre outras regras.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50272&maxTouch=0>

Dweck quer qualidade no serviço público - LU AIKO OTTA

Ainda em implantação, as novas carteiras nacionais de identidade poderão ser emitidas com o nome social da pessoa, sem distinção em relação àquele que consta do registro de nascimento. A ideia surgiu de uma discussão com o Ministério de Direitos Humanos, contou a esta coluna a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que tem o novo documento como um dos principais projetos de sua pasta - uma novidade deste governo.

Outras frentes são: gestão dos funcionários públicos e da máquina, patrimônio da União e empresas estatais.

O número único de identificação será cada vez mais a porta de acesso do cidadão aos serviços públicos. No momento, a Gestão dialoga com o Ministério da Saúde para agregar os dados do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem uma base de dados independente. Avança-se também para incorporar serviços prestados por governos estaduais e prefeituras.

Até novembro, estimou Dweck, todos os Estados estarão emitindo carteiras de identificação no novo formato.

Em dez anos, todos os brasileiros terão o documento na nova versão.

Digitalização e desburocratização formam uma frente que caminhou bem no governo de Jair Bolsonaro e que a atual gestão faz bem em manter em pauta, avaliou o professor André Marques, coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper.

Evidentemente, a administração atual fará ajustes, comentou.

Ainda há muito a avançar, disse, porque muitos serviços públicos ainda são estruturados de forma arcaica: por trás da face moderna dos aplicativos de celular, a burocracia segue a mesma.

Um ajuste está no uso das duas empresas estatais de processamento de dados, Serpro e Dataprev. O governo anterior, lembra Dweck, queria fundir as duas e privatizá-las. O atual quer colocá-las para trabalhar juntas na oferta de mais serviços digitais ao cidadão e criar uma infraestrutura nacional de dados. A Dataprev, hoje dedicada a processar benefícios como aposentadorias e seguro-desemprego, passará a

prestar apoio às pastas da área social.

Avançar na digitalização é um desafio que torna interessante a ideia de criar o novo ministério, avaliou Marques. Outro é o da gestão de pessoas, por meio da qual se cria um quadro de funcionários motivado e de qualidade para atender a população. É um tema que normalmente recebe pouca atenção, comentou.

Dweck contou que foi exatamente por isso que a pasta foi criada. Tradicionalmente, a gestão de pessoal fica no Ministério do Planejamento, cuja agenda é dominada pelo tema do Orçamento federal. Por isso, optou-se pelo desmembramento.

Neste governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o número de ministérios saiu de 23 para 37.

A multiplicação, porém, foi feita sem a criação de novos cargos no serviço público.

Isso é feito por meio da unificação das áreas-meio dos ministérios. Algumas pastas compartilham serviços tipicamente administrativos, como contabilidade, compras e tecnologia da informação.

Em meados do ano, Dweck espera ter concluído um modelo para um grande pool de ministérios. Seus técnicos avaliam 21 pastas com potencial de fazer parte dessa integração. Já aquelas que têm volumes grandes de compras muito específicas ficarão fora.

É uma ideia utilizada no setor privado com sucesso, diz Marques. Foi utilizada também no governo passado, na criação do Ministério da Economia, que fundiu Fazenda, Planejamento, Trabalho, Previdência e Indústria e Comércio. Na época, só a revisão e unificação de 14 diferentes contratos em tecnologia da informação proporcionaram uma economia de R\$ 350 milhões.

Os gastos provocados pela criação de ministérios e as economias com a fusões são marginais, observou o professor.

De fato, a economia gerada pela diretriz de não criar novos cargos no atual governo deverá ser de R\$ 1 bilhão em quatro anos, segundo Dweck. Há ganhos maiores com a centralização de compras, que ainda estão sendo estimados.

Em contraste, o reajuste de 9% para o funcionalismo a partir de 1o de maio, cujas negociações foram lideradas por ela, custará R\$ 9,8 bilhões em 2023 e R\$ 13,82 bilhões nos anos seguintes.

Dweck negou que esteja comandando uma pasta geradora de déficit fiscal. Na área de pessoal, disse, a ideia é não ter funcionários em excesso nem escassos. Argumentou que, se é preciso ter uma área eficiente de arrecadação tributária, é necessário ter pessoas suficientes, com a devida qualificação. O Estado, disse, precisa ser capaz de executar políticas públicas com qualidade.

André Marques vê o reajuste salarial do funcionalismo como o atendimento de uma pressão política que estava colocada desde o governo anterior. Para ele, essa não parece ser uma decisão estratégica.

O desafio, avaliou, é encontrar o equilíbrio entre o papel técnico e o político do novo ministério.

Olhar para a gestão do serviço público é uma oportunidade para dar ao contribuinte brasileiro serviços de melhor qualidade pelos **impostos** que paga. É um trabalho que precisa de apoio para que pressões políticas não o levem ao descontrole.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187540?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187540?page=1§ion=1)**

Principal reforma é não retroceder, diz Lira



No recado ao governo, Lira citou o caso do projeto de decreto legislativo que sustou os decretos de Lula relativos ao marco do saneamento

DENISE ROTHENBURG Enviada especial

Nova York - O LIDE Brazil Investments Forum serviu para que o centro da política brasileira, hoje capitaneado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mandasse um recado claro ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: está na hora de o Poder Executivo escolher se quer gastar sua energia nas pautas ideológicas do PT ou se dedicar a aprovar o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

Nesse sentido, Lira coloca como a mãe das reformas preservar o que já foi feito. "A principal reforma que o Congresso brasileiro terá que brigar diariamente é a reforma de não deixar retroceder tudo o que já foi aprovado no Brasil, no sentido da amplitude do que é mais liberal. Então, não retroceder será a nossa principal reforma. Vigiar o tempo todo", disse, em seu discurso.

Lira citou o caso recente do projeto de decreto legislativo (PDL) que sustou os decretos de Lula relativos ao marco regulatório do saneamento.

"Um PDL é um ato extremo de se revogar um decreto presidencial. E (a Câmara) não o fez por picuinha ou por maldade política", enfatizou. "O fez porque um decreto não pode alterar uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, atacando um ponto que foi discutido amplamente, como foi o marco do saneamento. Durante 12 dias, tentamos negociar, e não foi possível." O deputado afirmou que espera agora a aprovação do PDL pelo Senado.

Em sua fala para a seleta plateia de 280 empresários, governadores e políticos e na entrevista que concedeu em seguida, o presidente da Câmara foi enfático: "Nossa intenção é de ajudar, de servir de ponte. Mas eu represento um parlamento que pensa, que tem

diferenças ideológicas e políticas e que, em sua maioria, é conservador e liberal. Como é que vão passar pautas que sejam diferentes desses temas (mais liberais)?", questionou.

Sem citar o governo, ele lembrou que o Congresso tem se notabilizado pela aprovação e a busca das reformas. "Aprovamos a previdenciária e a trabalhista, a reforma administrativa está pronta para ir a plenário. Precisamos de apoio político, empresarial e da imprensa", destacou. "A reforma administrativa é feita para os 20 anos para a frente. Ela não mexe nos direitos adquiridos dos atuais servidores, portanto, não há o que **temer**. Não mexe uma vírgula no setor da previdência dos funcionários atuais, mas os novos "entrantes", sim, esses irão para um sistema de maior contenção e de aferição de produtividade." O governo, porém, não deseja tratar dessa reforma administrativa tão cedo. O foco é o arcabouço fiscal, tema em que Lira e o governo convergem. A intenção do presidente da Câmara é aprovar, ainda este mês, o arcabouço fiscal e, até o fim do semestre, a **reforma tributária**.

O relator da tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro - também palestrante do evento promovido pelo grupo do ex-governador de São Paulo João Doria -, lembrou que, embora todos defendam a reforma, poucos acreditam na sua aprovação.

Entre os que têm fé, está o ex-presidente Michel **Temer**, que abriu o segundo painel justamente sobre a atratividade do Brasil. Ele acredita na simplificação tributária: "Hoje, mais do que nunca, podemos atingir essa reforma", frisou o ex-chefe do Executivo, que tentou aprová-la em seu governo.

Blindagem

Os líderes também não perderam as esperanças e pretendem blindar esse tema da polarização que tem contaminado os debates no Congresso. "É preciso que o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** fiquem à margem dessa polarização e das discussões políticas. Esses temas são nacionais e precisam do empenho de todos", pregou o presidente da Câmara. Ele, no entanto, considera que o governo precisa entender que o mundo mudou: "O mundo não é o mesmo de 2002, 2010, 2014. Não tínhamos um Congresso com maior protagonismo, e isso precisa ser ajustado", comentou.

Nesse "ajuste", Lira incluiu, ainda, a necessidade de segurança jurídica, "que tem faltado" e - diz o

presidente da Câmara - "não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica", jogando essa questão no colo do Poder Executivo. "É preciso que esse ambiente se normalize, para que investidores externos e recursos internacionais possam transitar de maneira segura. Nosso intuito é que o Brasil siga se modernizando", ressaltou.

Fundador do grupo Líderes Empresariais, o ex-governador João Doria lembrou que é preciso "menos briga, menos confronto e mais diálogo, com vértice naquilo que o país precisa, as pautas de desenvolvimento econômico e social". O anfitrião considerou que o Brasil perdeu, nesses 120 dias, "um tempo enorme", discutindo a democracia.

"Essa fase já está superada e, agora, é o momento de criar uma força central que descole um pouco das visões mais à direita e mais à esquerda e coloque o Brasil numa trajetória que permita potencializar novos investimentos e garantir segurança jurídica", defendeu.

A contar pelo evento, com tantas autoridades, ali estava dado o primeiro passo para tentar unir o centro em torno da causa das reformas, deixando de lado a pauta ideológica de revisar o que foi feito nos governos passados.

A repórter viajou a convite do Lide

"A principal reforma que o Congresso brasileiro terá que brigar diariamente é a reforma de não deixar retroceder tudo o que já foi aprovado no Brasil, no sentido da amplitude do que é mais liberal" Arthur Lira, presidente da Câmara

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/10/all.pdf>

Prefeitos querem mais participação na reforma



Mais de 600 prefeitos participam do Congresso Mineiro dos Municípios, que tem a reforma tributária como um dos principais temas

Vinícius Prates

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, cobrou ontem a participação dos municípios na discussão da **reforma tributária**. Para ele, da forma como a proposta está sendo discutida, alguns municípios podem acabar sendo prejudicados com a distribuição de verbas. De acordo com Ziulkoski, foi entregue ao deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária**, 12 recomendações para a reformulação, que ele espera receber apoio. O presidente da Associação Mineira dos Municípios (AMM) e prefeito de Coronel Fabriciano, Marcos Vinícius da Silva Bizarro, também criticou a forma como a proposta da **reforma tributária** tem se apresentado e disse que o projeto tem de ser elaborado "com muito cuidado".

Ele também é defensor da participação dos municípios nas discussões sobre a reforma. As declarações foram dadas em coletiva de imprensa, na manhã de ontem, no 38º Congresso Mineiro dos Municípios, no Expominas, que contou com a participação dos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Waldez Goés (Integração e do Desenvolvimento Regional), além do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), do presidente da Câmara de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo (sem partido) e do procurador-geral do estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior.

Segundo Ziulkoski, alguns municípios arrecadam grande parte do Imposto Sobre Serviços (ISS), sendo dividido de forma desigual, e por isso a Confederação cobra uma reestruturação na distribuição. "A **reforma tributária** vai ocorrer se nós da Confederação, a AMM (Associação Mineira dos Municípios), os municípios brasileiros, acertarem e vierem a apoiar a reforma, senão, não existe mais reforma do consumo. É uma briga inclusive com grandes cidades, que hoje

abocanham o ISS todo", declarou.

O objetivo da **reforma tributária** é a simplificação de alguns **tributos**, atualmente compartilhados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios. Nesse sentido, a reestruturação propõe a extinção de uma série de **tributos**, consolidando as bases tributáveis em dois novos **impostos**: um imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e um imposto específico sobre alguns Bens e Serviços (Imposto Seletivo).

"Nesse (Imposto Seletivo), nós vamos participar. O outro é só deles (União). Vem para cá agora, aí pega o ICMS, que no ano passado rendeu para o Brasil inteiro R\$ 701 bilhões e pega o ISS nosso, que rendeu R\$ 102 bilhões, então estou falando de R\$ 803 bilhões. É isso que vai ser reproduzido no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), dos municípios se a reforma andar", pontuou Ziulkoski.

Ao ser questionado sobre a adesão das recomendações encaminhadas ao Congresso, Ziulkoski disse que até o momento não há nada confirmado, mas espera receber apoio do relator da **reforma tributária**, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). "Nós fizemos a nossa proposta e só vamos apoiar se todos aqueles 12 itens que nós colocamos forem atendidos. O que não dá para continuar é uma cidade, por exemplo, São Paulo, recolhendo hoje R\$ 26 bilhões, tem 6% da população e abocanha mais de 1/4 de toda arrecadação", criticou.

Ainda segundo Ziulkoski, um grupo de municípios, em especial de São Paulo, estão sendo contra a proposta. "Cerca de meia dúzia de municípios grandes, que abocanham exatamente todo o ISS que nós estamos produzindo. Na mudança da proposta nós vamos dar origem para o destino, e vai ser por população e não por valor adicionado".

RECEITA DE BOLO O presidente da AMM, Marcos Vinícius da Silva Bizarro, também criticou a forma como a proposta da **reforma tributária** tem sido conduzida. "A reforma não é uma receita de bolo, que ela pode chegar em tantos dias e tantas horas, nós vamos ter o resultado. Então a gente tem que discutir muito, porque é um impacto muito grande e pode acontecer aí no dia a dia do cidadão", afirmou.

"Nós somos um ente federado, os municípios. Você

não concorda que se está retirando um imposto que é de competência dos municípios, os municípios não deveriam ser chamados? A Confederação não devia ter sido chamada para construir toda essa reforma? Nós simplesmente não estamos participando efetivamente como um ente federado. Então isso está errado, não pode vir de cima para baixo", disse o presidente da AMM.

De acordo com o presidente da associação, a maior preocupação dos municípios mineiros é o Imposto Sobre Serviço (ISS). "Nós temos municípios, hoje, que basicamente vivem ISS. Toda vez que a gente aperta o relator da reforma, os debatedores da reforma, quando a gente fala de ISS, eles falam: "Qualquer coisa que estiver errado vai ter o fundo, vai ter uma compensação". A gente não cai mais nessa história, porque lá atrás na Lei Kandir ia ter o fundo, ia ter uma compensação, e o que aconteceu? Então nós não podemos sair nessa premissa que, se acontecer algo errado, vai ter fundo, vai ter compensação", criticou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/05/2023/p1>

"Sem educação no longo prazo, ajuste fiscal não resolve"



Setor precisa de 'visão nacional, diferente da federal', diz Priscila

SONIA RACY

CENÁRIOS: Priscila Cruz, Presidente da Todos pela Educação

Dos seus 20 anos de batalha pela educação no Brasil, a paulistana Priscila Cruz, cofundadora e presidente da ONG Todos Pela Educação, tira algumas lições essenciais. Primeiro, que a educação não é apenas "uma área a mais" a ser tocada pelos governos: ela é essencial para que as outras funcionem, para que haja emprego e crescimento.

Segundo, que ela só vai funcionar bem se tiver projetos de longo prazo, que não mudem a cada troca de governo. Terceiro, que é preciso aprovar logo o Sistema Nacional de Educação - tão importante como o ajuste fiscal e a **reforma tributária**, adverte -, que está há um ano parado no Congresso.

Formada em administração por Harvard e pela FGV SP, Priscila lembra, nesta conversa com Cenários, que o texto "já passou no Senado" mas o governo Bolsonaro conseguiu trancá-lo na Câmara. "Parece que a educação nunca é prioridade", lamenta. A seguir, os principais trechos da conversa.

Como funcionam as ONGs como a Todos Pela Educação, a Cenpec e outras no apoio à educação?

A gente tem hoje um ecossistema bem mais maduro de organizações voltadas para a educação.

Estou há mais de 20 anos no terceiro setor e acompanhei essa evolução. Para terem uma ideia, o setor público do País investe algo como R\$ 300 bilhões por ano na educação. É um trabalho estratégico dessas ONGs impulsionar as políticas públicas e melhorá-las.

E a Todos Pela Educação tem um sistema de financiamento bastante pulverizado. São mais de 40 financiadores, e nenhum responde por mais do que 5% do nosso orçamento.

Aliás, é até proibido, não?

Sim, no caso da Todos Pela Educação. Nada estatutário, mas a gente busca pulverizar esse investimento. O conselho deliberativo atua para definir planos de longo prazo, são sempre projetos com ciclos de três, quatro anos para se fazer uma grande mudança. A gente não tem rabo preso com partido, com governo, com empresa.

A meta é melhorar a qualidade da educação, sem isso a gente nunca vai ter um país capaz de garantir saúde, cidadania, empregabilidade, crescimento com distribuição de renda.

Pensar no longo prazo é essencial, portanto...

Sim, o longo prazo é talvez uma das principais bandeiras da Todos. Não tem como obter um resultado duradouro se não houver uma certa obsessão - isso mesmo, uma obsessão - por um projeto que atravesse vários governos, independentemente dos partidos que vencerem cada eleição. A alternância no poder não pode prejudicar essa política de Estado.

Por exemplo, a gente olha os países da OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o horário escolar é superior a sete horas por dia. Essa história de quatro horas por dia é bem brasileira.

Como refazer tudo isso?

A atual centralização é uma questão que precisa ser

mudada.

Cidades pequenas têm um corpo técnico insuficiente para conduzir uma política pública com o padrão de que o Brasil necessita. O que a gente precisa é de uma visão nacional, que é diferente de uma visão federal.

Claro que os entes federativos têm sua autonomia, mas autonomia não é o município fazer o que quer. Precisamos de uma política nacional que guie a gestão de Estados e municípios.

Como fiscalizar esse monte de recursos, se cada um quer fazer coisas diferentes?

Uma das missões da Todos Pela Educação é justamente essa.

Veja, o Brasil é o segundo país que mais produz dados educacionais no planeta. Então, não é por falta de transparência, de avaliação, por falta de censo escolar.

A gente tem censo, tem avaliação, tem Prova Brasil, tem Enem. Tem o Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Mas a gente tem um descompasso entre discurso e atitude, inclusive atitude de voto, atitude eleitoral.

Esse tema, a federalização do ensino, não exigiria uma lei específica?

Há uma lei correndo no Congresso, já aprovada no Senado de forma unânime na legislatura passada, e estamos trabalhando para que a Câmara a aprove ainda neste semestre, que é o Sistema Nacional de Educação. É algo como o SUS na área da saúde.

Um SUS para a educação?

O SNE vai dar esse contorno que você está trazendo. Com ele podemos ter uma governança nacional. A gente trabalhou muito nesse projeto, foram muitas audiências públicas, especialistas, sociedade civil, para chegar a essa formulação.

Mas ele está parado porque o governo Bolsonaro breiou na Câmara. Já tivemos uma conversa com o Arthur Lira, presidente da Casa, recebemos dele um compromisso de fazer avançar essa pauta. Isso é tão importante como as novas reformas econômicas.

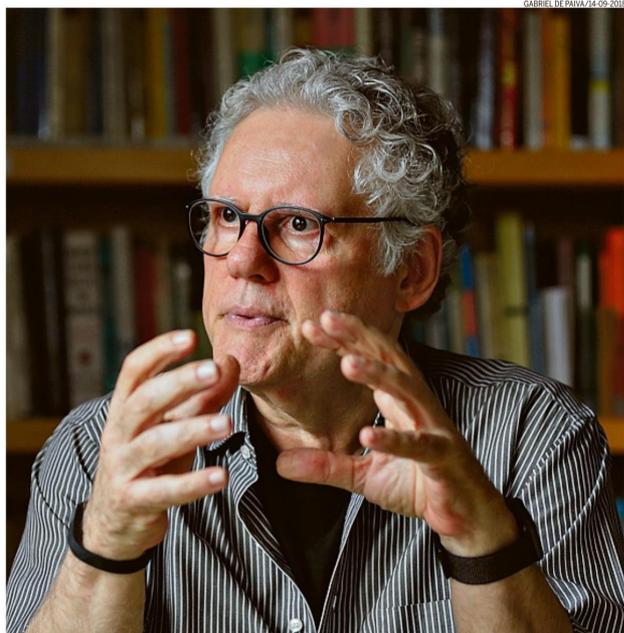
Quando foi que parou?

Já faz mais de um ano. A gente sabe do atual imbróglio entre Câmara e Senado, Congresso e Executivo... Minha impressão é que de temos de

esperar um pouquinho. A educação parece que nunca é prioridade. Mas temos, sim, de votar o Sistema Nacional de Educação, porque senão a gente nunca vai conseguir avançar no País no campo mais importante. Quer dizer, não tem economia se não tiver educação. Não vai ter emprego se não tiver educação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não adianta ministério se a expectativa é ter emenda"



BERNARDO MELLO bernardo.mello@infoglobo.com.br

O que explica a dificuldade do governo Lula na relação com o Congresso?

Em 2018, o sistema se desorganiza com a quebra da disputa entre PT e PSDB e o ápice da fragmentação partidária na Câmara. Até então, sempre havia partidos grandes que serviam de pivô da coalizão vencedora, como foi o PFL com Fernando Henrique e o PMDB com Lula. Em 2022, o fim das coligações proporcionais e a cláusula de barreira reduzem essa fragmentação, mas deixando uma série de bancadas de tamanho médio, sem poder de veto na agenda do Congresso.

Ou seja, as novas regras ainda não geraram a reorganização partidária esperada. Com isso, as coalizões se tornaram líquidas. Não se consegue formar maiorias com o mínimo de espinha dorsal.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que o modelo de coalizão "não funciona mais".

Qual é a sua avaliação?

O presidencialismo de coalizão se impõe no Brasil por uma impossibilidade estrutural de o presidente fazer maioria com seu partido. E o Executivo, em nosso

sistema, precisa do Congresso para cada etapa do governo, daí a necessidade da coalizão.

O semipresidencialismo, como já ventilado por Arthur Lira, é uma possibilidade?

Lira não está atrás de outro modelo, e sim de retornar a uma situação similar à do orçamento secreto, que é arbitrário e anarquiza as políticas públicas. Se deixarmos a política educacional, por exemplo, ser feita na base da liberação de verbas para reformar escola X ou Y porque um deputado pediu, perderemos qualquer possibilidade de um projeto estratégico de qualidade no ensino. Até mesmo os sistemas semipresidencialistas funcionais têm coalizões, como foi com a Geringonça, em Portugal.

Mas como reorganizar a relação entre Executivo e Legislativo no pós-orçamento secreto, cuja extinção não diminuiu o volume de emendas parlamentares?

O engano foi imaginar que o único problema era a falta de transparência, quando a questão mais crítica é a entrega de nacos cada vez maiores do orçamento para quem só quer beneficiar a própria base.

O ecossistema legislativo se tornou mais adverso. Não adianta dar ministério, nisso Lira tem razão, porque todo mundo está na expectativa de ter emenda. Outro erro foi centralizar o poder na Casa Civil, esvaziando a capacidade de negociação que o ministro (Alexandre) Padilha deveria ter na articulação política.

Um governo emperrado, que não entrega o que já prometeu desde a época da PEC da Transição, não vai funcionar.

Entregar cargos para partidos aliados ajuda a resolver?

Além da disfunção entre Executivo e Legislativo, há um enfraquecimento do sistema partidário. Parece que Lula acha que a maneira de negociar com o Congresso ainda é a do primeiro mandato. Só que os partidos também perderam identidade. Dar um ministério para o União Brasil não é o mesmo que era dar para o antigo PFL. Porque o União Brasil é um pedaço do DEM, uma versão anêmica do PFL, combinado ao PSL, que foi uma casca inchada pela votação do Bolsonaro em 2018, mas sem nenhuma

espinha dorsal. O União Brasil é irremediavelmente dividido, portanto muito difícil de conversar.

Então não há resposta de curto prazo?

No atual momento, estamos numa transição na qual não há solução boa. O governo só consegue aprovar medidas negociadas caso a caso, compartilhando a decisão com os presidentes da Câmara e do Senado, que também ficaram com menos poder. Uma coisa bemvinda seria um partido com alguma consistência ocupar o lugar do PSDB. Hoje vejo um vácuo, porque o PL é um partido invertebrado. Se a disputa presidencial vira algo ultrapolarizado, o sistema não vai se organizar nunca. Outra coisa importante seria, através da **reforma tributária**, descentralizar o orçamento para estados e municípios.

Esta dificuldade de formar uma base sólida pode ameaçar votações cruciais para o governo, como a do arcabouço fiscal?

Hoje vejo consenso mínimo no Congresso de que sem arcabouço fiscal há **inflação**. E que a **inflação** tira voto. O que põe em risco é o governo continuar interpretando mal, achando que o ecossistema é o mesmo e, portanto, se fizer mais do mesmo consegue resolver as coisas. Não consegue.

Hoje é mais fácil frustrar as expectativas dos parlamentares do que era no passado.

Aderrubada pela Câmara de trechos dos decretos de saneamento de Lula foi um teste para a base do governo?

Vejo como uma questão idiossincrática do governo, de propor reestatização a Congresso privatista, que obviamente não vai aprovar isso. Agora, acho que este modelo, em que o Executivo regula por decreto e depois o Congresso fiscaliza e eventualmente derruba, faz mais sentido do que precisar negociar o lançamento de cada política pública.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Lira: Brasil é diferente de 2002 e precisa de "acomodações políticas"



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/02-05-2023

Acordos. Lira defende que medidas econômicas fiquem longe da polarização

BIANCA GOMES bianca.gomes@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

Em mais um recado ao Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), defendeu ontem acomodações políticas no Executivo e disse que o Brasil de 2002, ano da primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, não é o mesmo de 2023. Ele afirmou ainda que o Congresso terá de "brigar diariamente" para não deixar retroceder pautas liberais aprovadas em outros governos.

Lira tem deixado clara a sua insatisfação com a articulação do governo, que até agora não conseguiu arregimentar uma base fiel no Congresso. O parlamentar também não se furta em defender abertamente que o Palácio do Planalto precisará partilhar cargos e recursos para melhorar o desempenho das votações no Congresso.

Ontem, longe de Brasília, ele falou para uma plateia de empresário e políticos que participam do fórum do grupo Lide, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

- Arrumações políticas que são importantes que aconteçam. (Esperamos) que o bom senso impere e que saibamos que a Câmara e o Senado aumentaram o seu protagonismo. O mundo do Brasil de 2002 não é o mesmo de 2023, 2010, 2014. Nós não tínhamos leis de Responsabilidade Fiscal, internet, agências reguladoras e um Congresso com maior protagonismo. E isso precisa ser ajustado.

Segundo Lira, o desafio será manter "à margem" da polarização o debate sobre o novo arcabouço fiscal elaborado pelo governo e a reforma tributária, por serem temas nacionais.

-Nós temos como metas para este semestre (a aprovação do) arcabouço fiscal, muito embora o Congresso esteja num momento ainda de acomodação política ao novo governo -disse.

A fragilidade da base de Lula no Parlamento lhe impôs o primeiro revés na semana passada. A Câmara derrubou decretos do petista que alteravam o marco do saneamento. Nos EUA, o parlamentar afirmou que a derrota do governo não ocorreu por "picuinha" ou "maldade política" dos deputados, mas porque atacou um ponto já "amplamente discutido" no Parlamento.

-Todos dirão que a principal reforma que o Congresso tem que se debruçar é a reforma tributária. Não. A principal reforma que o Congresso brasileiro terá de brigar diariamente é a reforma de não retroceder em tudo o que já foi aprovado no Brasil no sentido da amplitude do que é mais liberal- complementou Lira.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

"Vamos fazer a reforma tributária possível", diz Lira

BIANCA GOMES

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Congresso vai aprovar a **reforma tributária** "possível".

Em evento do Lide, em Nova York, o deputado ainda fez críticas indiretas ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que falta segurança jurídica no país -e não por culpa do Congresso.

-Vamos fazer a **reforma tributária** possível. Se for mais dura, com mais transição.

Se for mais leve, com menos transição. Não teremos nenhum tipo de dificuldade de negociar com transparência e cautela para que essa reforma saia definitivamente, como todos anseiam -afirmou Lira.

Em seguida, o presidente da Câmara acrescentou: -(A reforma servirá para termos um) país mais justo, mais simples, com ambiente de negócio mais tranquilo e, principalmente, com segurança jurídica, que tem faltado no nosso país ultimamente.

E não é o Congresso que tem faltado a ela. Não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica no país. Precisamos que esse ambiente se tranquilize e normalize para que investidores externos e recursos internacionais possam transitar de maneira segura.

A fala de Lira ocorre no momento em que Lula tenta rever pontos da privatização da Eletrobras.

Na sexta-feira, o governo entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o estatuto da empresa e garantir mais poder na companhia. A estratégia do Palácio do Planalto foi antecipada pela colunista do GLOBO Malu Gaspar em março.

Na privatização, o peso de voto dos acionistas foi restrito a 10%, e a empresa passou a ser uma corporation, jargão do mercado para companhias sem controlador definido.

Como o governo detém mais de 40% das ações da Eletrobras, considerando sua participação direta e via BNDES, quer que seu voto tenha peso equivalente.

Na semana passada, o Planalto teve sua primeira grande derrota na Câmara com a derrubada de trechos de decretos de Lula que mudavam as regras de saneamento. No Lide, Lira disse que o movimento não se deu por "picuinha ou maldade política", mas porque atacou um ponto já "amplamente discutido" no Parlamento. Ele acrescentou ainda que o Congresso terá de "brigar diariamente" para impedir retrocessos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator diz que impactos do novo arcabouço vão transpassar a gestão Lula

Táisa Medeiros

O novo arcabouço fiscal tomou forma e tem chances significativas de ser votado na terça-feira. Foi o que afirmou o relator do texto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), ontem, em reunião com membros da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Conforme Cajado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), expressou essa intenção. Caso a data da apreciação seja confirmada, o relatório final será divulgado amanhã.

Cajado também se reuniu, ontem, com as bancadas do PL e do PSDB. Ele disse que o texto está maduro e que os impactos positivos da medida vão transpassar a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos de imaginar que o governo foi democraticamente eleito, e não podemos deixar de dar os instrumentos necessários para que cumpra com suas promessas, porém, com equilíbrio das contas públicas, frisou.

O deputado destacou as perspectivas de que o novo arcabouço fiscal gere aumento na arrecadação do governo. Acredito que, nas conversas que eu tive com a ministra Simone Tebet (do Planejamento e Orçamento), com Fernando Haddad (da Fazenda), há possibilidade, sim, para que o governo aumente a arrecadação sem elevar a carga tributária, ressaltou.

Além da aprovação do novo arcabouço fiscal, contudo, a **reforma tributária**, debatida no grupo de trabalho (GT) na Câmara, precisa ser apreciada. O relator frisou a importância de as duas matérias serem sancionadas, para o país ter maior segurança nas contas públicas.

Votando o marco (do saneamento), votando a **reforma tributária**, teremos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com todos os números macroeconômicos. Isso vai trazer segurança, argumentou.

A tramitação rápida da matéria vem sendo defendida, também, por outras lideranças. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que a proposta de arcabouço fiscal será aprovada com urgência.

É uma opção do novo governo, nós vamos aceitar. Já foi encaminhado o projeto de lei complementar, será aprovado certamente na Câmara dos Deputados. Chegando ao Senado Federal, nós também o aprovaremos, com o sentimento de urgência que o caso impõe, garantiu.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também aposta que a aprovação, pelos deputados, será na próxima semana. Segundo ele, Lula deve se reunir, nesta semana, com Cajado para alinhar os últimos pontos.

Sanções

Cajado defendeu que não existam punições para o descumprimento das metas estabelecidas pelo arcabouço. O deputado reconheceu a preocupação com o cumprimento dos objetivos estabelecidos, mas defendeu que as sanções não sejam encaradas de forma draconiana. Segundo frisou, estabelecer punições faz com que os gestores evitem buscar metas mais ambiciosas.

O que ouvi até de técnicos é que nós não devemos encarar as sanções de forma draconiana, como se elas fossem, por si só, a solução para o problema. A Câmara é plural, tem muitas ideias e sugestões, nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio que tenha sustentabilidade e efetividade, argumentou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5093381-relator-diz-que-impactos-do-novo-arcabouco-va-transpassar-a-gestao-lula.html>

Banco Mundial critica incentivos tributários à Zona Franca de Manaus

Economia

/
por

Reuters

Em seu primeiro relatório econômico sobre a Amazônia brasileira, o Banco Mundial criticou os benefícios tributários concedidos à Zona Franca de Manaus e, em meio a debates no governo para aprovar a **reforma tributária**, defendeu uma revisão desses incentivos, tratados como ineficientes.

No relatório publicado nesta terça-feira (9), a instituição multilateral que financia projetos de países em desenvolvimento ainda se posicionou favoravelmente à adoção de salvaguardas ambientais na assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia .

As avaliações fazem parte do documento "Equilíbrio delicado para a Amazônia Legal Brasileira", que também conclui que a floresta, mantida em pé, gera mais valor do que a renda privada de agricultura extensiva, mineração e extração de madeira na região. O Banco propõe mudanças no modelo econômico para conciliar desenvolvimento e preservação .

Segundo o relatório, cerca de 28 milhões de brasileiros vivem em Estados amazônicos, dos quais mais de um terço são pobres e residem, em sua maioria, em áreas urbanas. O Banco Mundial afirma que os benefícios fiscais a atividades industriais na Amazônia não ajudaram a estimular o crescimento da produtividade e devem ser reavaliados, ressaltando que oferecer mais incentivos tributários para as empresas não é a solução.

Com os benefícios fiscais aos fabricantes instalados na Zona Franca, o governo abre mão de arrecadar aproximadamente R\$ 24 bilhões ao ano , segundo dados da **Receita Federal**. Segundo o documento, apesar do alto custo fiscal, o Amazonas vem perdendo competitividade e encontra cada vez mais dificuldade para atrair novas empresas, além de ver uma redução do número de empregos na indústria.

· Compartilhe esta notícia no WhatsApp

· Compartilhe esta notícia no Telegram

"Se conseguirmos reduzir o custo da logística para o estado do Amazonas, o ganho seria muito maior do que os incentivos e os subsídios oferecidos, há muito espaço para essa transformação estrutural", disse Marek Hanusch, economista líder e coordenador do relatório do Banco Mundial.

No debate sobre a **reforma tributária**, membros do Ministério da Fazenda afirmam que não haverá mudança traumática na Zona Franca . Qualquer sinal de alteração nas regras da região, que conta com isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), costuma sofrer forte lobby contrário de empresários e parlamentares do Amazonas.

O documento também menciona a necessidade de abertura comercial do Brasil, uma das "economias mais fechadas do mundo", o que atrairia investimentos estrangeiros e ampliaria a produtividade, reduzindo a pressão sobre as florestas.

"É possível combinar a elevação dos padrões de vida e a preservação das florestas em pé num modelo de desenvolvimento que promova, ao mesmo tempo, a produtividade urbana e rural, a proteção florestal e meios sustentáveis de subsistência para a população", diz.

Em meio à tentativa do governo de concluir o acordo entre Mercosul e União Europeia , enquanto países europeus pressionam o Brasil a se comprometer com regras de preservação, o Banco Mundial defendeu as exigências ambientais.

"Várias salvaguardas ambientais destinam-se a reduzir os impactos desse acesso aprimorado ao mercado sobre o desmatamento. Os efeitos dessas salvaguardas variam conforme o caso: é importante que elas sejam implementadas e aplicadas adequadamente", afirma o documento.

O relatório também sugere foco em infraestrutura e logística sustentáveis, além de reformas para remover distorções de mercado, como os subsídios. Defende ainda a efetiva implementação do Código Florestal e fiscalização para combater o desmatamento.

Para o Banco Mundial, também é preciso revisar os mecanismos de crédito rural, concentrando o apoio fiscal em agricultores menores e mais produtivos, além de estimular a bioeconomia e ampliar sistemas de proteção social.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/banco-mundial-critica-incentivos-tributarios-a-zona-franca-de-manaus-10052023>

O documento ainda destaca a importância de instrumentos de financiamento para conservação da região, citando os mercados de carbono e empréstimos vinculados a proteção ambiental. "É possível criar uma Amazônia Legal econômica, ambiental e culturalmente rica, mas o tempo já está se esgotando, e são necessárias ações urgentes para que isso se torne realidade", diz.

O Banco Mundial calcula que a Floresta Amazônica brasileira, mantida em pé, gera anualmente um valor estimado de 317 bilhões de dólares, cifra até sete vezes maior do que a renda da exploração privada de recursos naturais na região.

A instituição enfatiza que a estimativa dos ganhos gerados pela proteção da floresta não é exata e, por isso, foi feita uma projeção "altamente conservadora", o que significa que o valor efetivo da preservação pode ser muito maior.

Os ganhos indiretos globais com a proteção da floresta respondem pela maior fatia do valor, com 285 bilhões de dólares ao ano. Desse montante, US\$ 210 bilhões dizem respeito ao armazenamento de dióxido de carbono pela floresta, US\$ 65 bilhões com a disponibilização de biodiversidade e cobertura florestal a gerações futuras e US\$ 10 bilhões com inovações farmacêuticas.

Em relação aos ganhos indiretos regionais, o Banco Mundial estima receitas de US\$ 7,5 bilhões na agropecuária, como na polinização para a agricultura, e US\$ 12,5 bilhões em redução de inundações, secas e queimadas. Há ainda o ganho privado direto, estimado em US\$ 12 bilhões ao ano, como extração de madeira com técnicas de baixo impacto e produção de castanhas, borracha e outros produtos.

As cifras relacionadas à preservação se contrapõem à renda da exploração na região amazônica baseada na derrubada da floresta --ganhos estritamente privados. A receita anual varia de US\$ 43 bilhões a US\$ 98 bilhões, considerando atividades de agropecuária, extração de madeira e mineração, calcula o Banco Mundial.

"Temos que evitar que a Amazônia chegue a esse ponto de inflexão após o qual não seria mais possível recuperar o que foi perdido", afirma Hanusch.

Haddad chega ao Japão para estreitar laços com comunidade global e apresentar plano de voo ao G7

Tóquio - Firme na proposta do governo Lula de turbinar a política externa brasileira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desembarcou nesta quarta-feira, 10, no Japão para participar da cúpula do G7 Financeiro, que acontece em Niigata entre os dias 11 e 13. No encontro, o chefe da equipe econômica quer estreitar laços com seus mais importantes contrapartes estrangeiros e apresentar o plano de voo para a economia brasileira - notadamente, o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** - ao longo de suas reuniões bilaterais.

O G7 é formado por Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Neste ano, o Brasil participa na condição de convidado, assim como Índia, Coreia do Sul e Indonésia. Na semana que vem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega ao Japão para participar da cúpula presidencial, convite por ele aceito após a garantia de que terá acesso às principais discussões do encontro. O petista queria evitar assumir um papel secundário.

Há grande expectativa para o **comunicado** final do G7 Financeiro. Em meio à perspectiva de enfraquecimento da atividade econômica global, reforçada após o Fundo Monetário Internacional (FMI) cortar sua perspectiva de crescimento para diferentes países, o grupo deve reiterar a decisão de apoiar a Ucrânia e adotar sanções à Rússia pela invasão territorial.

O G7 mostra união quando o assunto é a guerra, enquanto o Brasil tenta evitar tomar um lado no conflito - embora tenha condenado na ONU a invasão territorial da Ucrânia por parte do governo de Moscou. Recentemente, Lula foi criticado por falas consideradas como pró-Rússia.

A conjuntura econômica global, com destaque para a estabilidade financeira e problema da dívida nos países pobres, é um tema que será debatido ao longo do G7 Financeiro. Outro tema é a cadeia internacional de suprimentos, afetada pela guerra e que causou abalos no processo inflacionário mundial.

Paz, combate à desigualdade, questão das big techs, a questão democrática, de como enfrentar o avanço

da extrema-direita no mundo e as dívidas dos países mais pobres, como os africanos. Tudo isso está na pauta, comentou Haddad, ainda no Brasil.

A primeira agenda de Haddad será um encontro bilateral com a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, na tarde de quinta-feira. Os dois compartilham o desafio de embalar a economia de seus países frente a bancos centrais que têm adotado postura hawkish - isto é, aplicado o remédio amargo dos juros para conter a **inflação**. A pauta principal do encontro, no entanto, é a reforma do Banco Mundial, de acordo com o Ministério da Fazenda.

Enquanto estiver no Japão, a secretária Yellen trabalhará com nossos parceiros mais próximos de muitas das maiores economias do mundo para coordenar ações para tornar a economia global mais forte e enfrentar desafios compartilhados - incluindo aqueles decorrentes da guerra ilegal da Rússia na Ucrânia, disse o Tesouro americano, em nota, sobre a agenda de Yellen.

Na sexta-feira, Haddad terá um café da manhã com o economista Joseph Stiglitz, ganhador de prêmio Nobel. Recentemente, Stiglitz afirmou que a esquerda gere melhor a economia e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está correto em suas críticas à taxa de juros do Brasil. Hoje, a Selic está em 13,75%, nível que o governo considera muito alto. O encontro, porém, deve ter como foco discussões sobre economia verde.

Em seguida, ele segue para reunião com a ministra de Finanças da Índia, Nirmala Sitharaman. A ideia é passar o bastão do G20, que neste ano será presidido pela Índia e, no próximo, pelo Brasil.

Às 13 horas da sexta-feira, começa a programação oficial do G7. Na abertura, um debate com Stiglitz sobre o futuro do Estado de bem-estar social. Em seguida, um painel sobre a macroeconomia dos países emergentes, oportunidade para Haddad defender sua política econômica. Por fim, uma sessão sobre financiamento dos mais diversos setores, sobretudo de infraestrutura. À noite, haverá um jantar com a participação dos convidados para o evento.

Às margens do evento, está prevista ainda uma reunião bilateral com o ministro das Finanças do Japão, Shunichi Suzuk.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-chega-ao-japao-para-estreitar-lacos-com-comunidade-global-e-apresentar-plano-de-voo-aog7,dd4f92aaf6401beb359139161d227f5cgikpb9l4.html>

Relator do arcabouço estuda travar gasto com servidor se meta estourar



O relator do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA) Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Idiana Tomazelli Matheus Teixeira

O novo arcabouço fiscal pode ganhar gatilhos para conter o aumento de despesas com pessoal e a concessão de novas renúncias fiscais em caso de descumprimento da meta de resultado primário, disse nesta terça-feira (9) o relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

Cajado afirmou que vai apresentar o relatório sobre o tema até quinta-feira (11) e, segundo ele, sugestões nessa direção foram apresentadas por parlamentares. Ele evitou, porém, cravar um veredito sobre a inclusão ou não desses dispositivos no texto.

Em entrevista à Folha, o deputado já havia demonstrado a intenção de incluir gatilhos de ajuste nas despesas. A ausência de um comando mais rígido de medidas de reequilíbrio no texto do arcabouço fiscal tem sido um ponto frequente de críticas vindas de congressistas e agentes do mercado financeiro.

Interlocutores ouvidos pela reportagem afirmam que os gatilhos podem ser inspirados no artigo 167-A da Constituição, que foi inserido pela PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, em 2021, e continuará em vigor. Ele prevê medidas de contenção fiscal como vedação a aumentos salariais para o funcionalismo, realização de novos concursos públicos e concessão de novos incentivos fiscais.

A inclusão desses dispositivos de ajuste, no entanto, vem sendo tratada como uma questão separada da criminalização em si do descumprimento da meta. O

governo tem a preocupação de evitar que um gestor seja punido pessoalmente, em seu CPF, caso o objetivo fiscal não seja cumprido.

"Existem teses de que, se você tenta criminalizar o não atingimento de metas, não permite ao gestor buscar metas ambiciosas. Ele coloca uma meta menos ambiciosa", disse Cajado em almoço da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo).

"Hoje [quem está envolvido nas discussões] não se preocupa tanto em criminalizar o gestor, mas sim em punir a gestão com eventuais gatilhos e sanções. Estamos estudando isso", acrescentou o relator.

Segundo ele, haverá algum tipo de "enforcement" (termo em inglês que indica comandos para o cumprimento das regras), mas que não seja excessivo. "Não devemos encarar as sanções de forma draconiana", disse.

Cajado reafirmou que deve incluir no texto do arcabouço os parâmetros que ditarão o ritmo de avanço das despesas, como havia antecipado em entrevista à Folha.

O projeto apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) prevê que os gastos vão subir de 0,6% a 2,5% acima da **inflação** por ano, mas essas referências seriam válidas apenas entre 2024 e 2027. Depois disso, a escolha dos parâmetros poderia ser feita na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) - enviada no primeiro ano de cada mandato e mais fácil de ser modificada por demandar menos votos do que um projeto de lei complementar

A intenção do deputado é colocar esses números no corpo do projeto de lei, tornando mais custosa sua eventual alteração.

Ele ainda reiterou que estuda modificar a lista de despesas que ficam fora do limite. O governo incluiu 13 exceções, entre elas aportes em empresas estatais não financeiras -lista que pode ser alterada no parecer.

O deputado afirmou ainda que aguarda uma posição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a data da votação do texto em plenário. A expectativa no momento é que a apreciação da proposta ocorra na

próxima semana. Mantido esse cenário, o relator pretende apresentar seu parecer até a quinta-feira (11).

O deputado marcou para a noite desta terça reunião com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para discutir o relatório a ser apresentado. O governo sofreu uma derrota no Congresso neste mês na análise de decretos do Executivo relativos ao Marco do Saneamento. Cajado acredita, porém, que no arcabouço o Palácio do Planalto não sairá derrotado.

"Penso que a votação vai ser tranquila porque todos têm consciência que é a lei mais importante que vamos votar neste ano e que é uma lei do país. Claro que vai beneficiar o atual governo, mas vai perpassar para os próximos governos. Estamos trazendo um marco fiscal que vai trazer equilíbrio das contas públicas".

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), elogiou a atuação do relator. Ela participou de sessão conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura do Senado na manhã desta terça (9).

De acordo com ela, todas as sugestões de Cajado são analisadas pelas equipes técnicas dos ministérios da área econômica e muitas delas, como a inclusão do piso da enfermagem dentro do limite de gastos, foram debatidas dentro do governo antes do envio do projeto ao Congresso.

"O arcabouço vem com o objetivo de controlar os gastos públicos, precisamos resolver o problema do fiscal".

Sinais positivos abrem espaço para alta do mercado, diz Verde

Lucas Bombana

Dados melhores do que o esperado sobre o ritmo de crescimento da atividade e a **inflação** abrem espaço para a valorização dos preços do mercado local, na avaliação da gestora de recursos Verde Asset, de Luis Stuhlberger.

"No Brasil, sinais positivos dos indicadores de crescimento e **inflação** e do campo fiscal começam a abrir espaço para valorização dos ativos de risco", escreve a gestora Verde em relatório de gestão divulgado nesta terça-feira (9).

Em paralelo a dados correntes que mostram maior resiliência do **PIB** local e do mercado de trabalho, o arcabouço fiscal e as medidas de recomposição de

receita continuam reduzindo a percepção de risco dos investidores, acrescenta a casa de investimentos com cerca de R\$28 bilhões em recursos sob gestão.

Nas últimas semanas, grandes bancos iniciaram uma onda de revisões em série das projeções para o desempenho do **PIB** do país em 2023, na esteira de dados acima do esperado no primeiro trimestre impulsionados pelo mercado de trabalho aquecido e o agronegócio.

A gestora de Luis Stuhlberger assinala também que o Brasil teve sinais positivos em relação às receitas fiscais, com o governo obtendo "substantiva vitória" no ST) na questão dos benefícios de ICMS na base dos **impostos** federais.

O julgamento facilita o plano da equipe econômica para elevar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões por ano e, assim, reequilibrar as contas públicas. Nos cálculos do ministério da Fazenda, as mudanças sobre a incidência do ICMS na base de cálculo de IRPJ e CSLL podem render até R\$ 90 bilhões extras.

"Parece aumentar a probabilidade de que as metas fiscais de 2023 e 2024 sejam cumpridas", diz a Verde na carta, acrescentando que o cumprimento das metas permanece como desafios importantes para o biênio 2025-2026.

Tebet prevê surpresa positiva na **inflação** de abril

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, tem uma expectativa positiva para a **inflação** no segundo trimestre de 2023 e espera "uma surpresa" no dado de abril, que será divulgado na sexta (12).

"O valor da **inflação** sairá um pouquinho menor do que estava na expectativa", disse a ministra em sessão conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura do Senado. Segundo Tebet, a avaliação leva em conta as expectativas de analistas coletadas pelo boletim Focus, não uma informação privilegiada a que teria acesso por ser ministra.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50272&maxTouch=0>

Inflação do Nordeste supera média de outras regiões do Brasil, diz FGV

Leonardo Vieceli

O Nordeste registrou **inflação** maior do que a média das outras regiões do Brasil no acumulado de janeiro de 2020 a março de 2023.

A conclusão é de um levantamento divulgado nesta terça-feira (9) pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

A análise foi construída a partir de um novo índice de preços do instituto, o IPC-Regional (Índice de Preços ao Consumidor Regional).

Esse indicador estima a **inflação** para famílias de baixa renda (até 1,5 salário mínimo por mês) e de alta renda (acima de 11,5 salários mínimos por mês) nas diferentes regiões do país.

Nesta divulgação, o foco é o Nordeste, pelo fato de a região "ter experimentado um processo inflacionário um pouco mais rigoroso que as demais", de acordo com o FGV Ibre.

De janeiro de 2020 a março de 2023, o IPC das famílias de renda baixa acumulou alta de 26,46% no Nordeste. Enquanto isso, o avanço nas demais regiões do país, excluindo o Nordeste, foi de 23,51%.

O resultado nordestino está associado em parte à carestia da alimentação, que responde por uma fatia maior do orçamento das famílias mais pobres.

No Nordeste, a **inflação** acumulada pela alimentação para baixa renda foi de 43,24% no intervalo de janeiro de 2020 a março de 2023 -nas demais regiões, o grupo teve alta de 42,01%.

Para ilustrar a pressão dos preços da comida, o FGV Ibre citou dez alimentos que subiram bem acima da **inflação** média local: óleo de soja (119,02%), arroz (80,41%), milho de pipoca (76,46%), farinha de mandioca (74,45%), açúcar cristal (59,71%), margarina (59,43%), linguiça (58,49%), ovos (56,48%), leite em pó (54,05%) e pão francês (46,37%).

Entre as famílias consideradas de alta renda, a **inflação** acumulada pelo IPC-Regional foi de 23,04% no Nordeste de janeiro de 2020 a março de 2023. Na média das outras regiões brasileiras, o avanço

alcançou 21,42%.

Para a camada mais rica da população, o grupo com maior peso no orçamento familiar é o de transportes. No Nordeste, a **inflação** acumulada por transportes para esses consumidores foi de 24,66% de janeiro de 2020 a março de 2023. Nas demais regiões, o aumento foi de 23,12%.

O FGV Ibre afirma que, de 2020 a março de 2023, a **inflação** foi influenciada por fatores diversos. A pressão inicial, diz o instituto, veio dos reflexos da pandemia de Covid-19. A crise sanitária desalinhou cadeias produtivas globais, gerando escassez de matérias-primas.

Em seguida, houve impacto da crise hídrica e do aumento dos preços do petróleo em 2021, aponta o FGV Ibre. A partir de 2022, a Guerra da Ucrânia exerceu pressão adicional sobre as cotações de commodities agrícolas, incluindo trigo e milho, o que pressionou os alimentos.

O levantamento do FGV Ibre traz ainda um recorte do IPC-Regional no acumulado de 12 meses. Até março de 2023, a maior alta da **inflação** das famílias de baixa renda foi registrada no Norte (4,70%). Nordeste (4,57%), Sul (3,12%), Sudeste (3,03%) e Centro-Oeste (2,24%) aparecem na sequência.

Entre as famílias de renda alta, o Nordeste teve o maior avanço do IPC-Regional (4,70%) nos 12 meses até março de 2023. O Sul (4,41%) apareceu depois, seguido por Norte (4,14%), Sudeste (4,05%) e Centro-Oeste (3,23%).

"A **inflação** percebida pelas famílias, nas mais diversas regiões do país, segue uma dinâmica muito particular. Famílias com o mesmo nível de renda, mas residentes em diferentes regiões, podem perceber diferenças no comportamento da **inflação**", diz o FGV Ibre.

"Tais diferenças se sustentam em função dos hábitos de consumo, dos **impostos**, do frete, do clima e de vários outros fatores. Além disso, famílias em diferentes classes sociais também tendem a sentir diferença no comportamento da **inflação**", acrescenta.

Site:

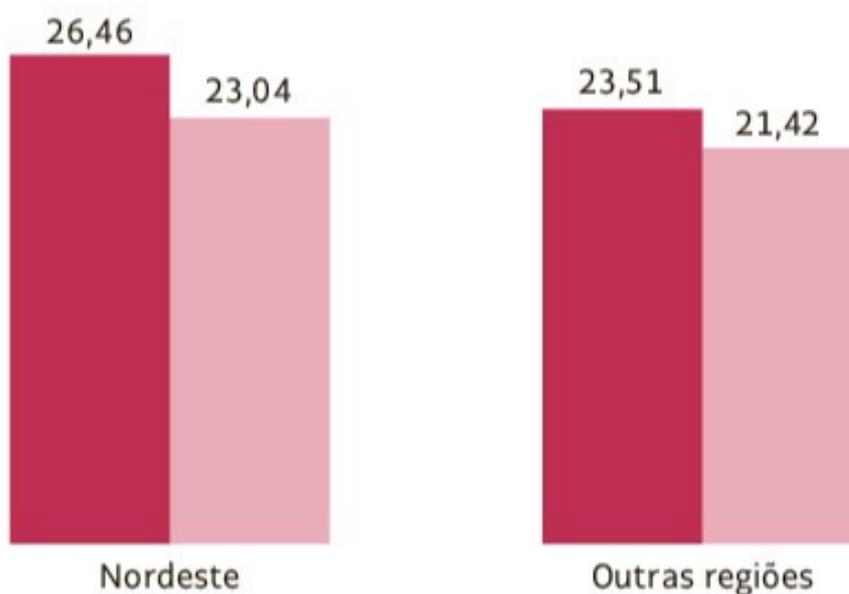
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50272&maxTouch=0>

Inflação nas regiões

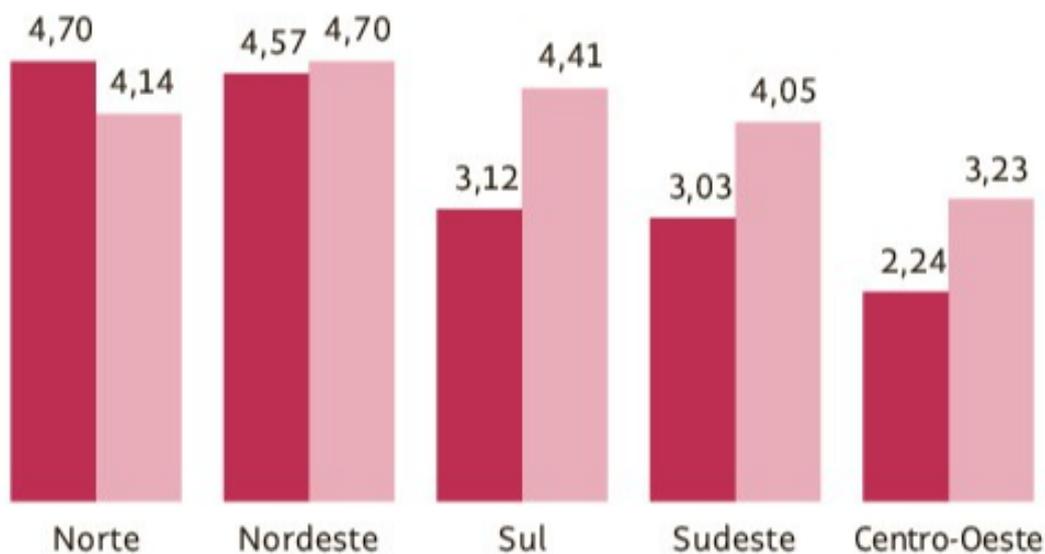
Dados do IPC-Regional, em %

- Famílias de baixa renda (até 1,5 s.m. mensal)
- Famílias de alta renda (acima de 11,5 s.m. mensais)

Variação acumulada de jan.2020 a mar.2023



Variação acumulada em 12 meses, até mar.2023



Fonte: FGV Ibre

Copom reconhece melhora fiscal na ata

Larissa Garcia e Estevão Taiar De Brasília

Sem mudanças relevantes na linguagem, a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reforçou os acenos à equipe econômica do governo, reconhecendo que o arcabouço fiscal melhorou o cenário, mas alertou novamente não haver uma relação mecânica com a condução dos juros. Além disso, o documento divulgado ontem reafirmou que o cenário de retomada do ciclo de aperto se tornou "menos provável".

"No balanço de riscos, além dos fatores já mencionados, o Comitê avalia que a probabilidade de os cenários mais extremos de trajetória da dívida pública se reduziu, mas notou também que não houve mudança relevante nas projeções de **inflação** uma vez que as expectativas não se alteraram de forma significativa.

Tal comportamento reforça o entendimento de que não há relação mecânica entre a política monetária e o arcabouço fiscal", trouxe o Copom na sua ata.

Mais uma vez, o BC reiterou sua estratégia de deixar a taxa básica Selic no patamar atual, de 13,75% ao ano, sem sinalizar horizonte de corte, "avaliando se a estratégia de juros estáveis traçada anteriormente seria suficiente para a convergência da **inflação** para suas metas". O colegiado mostrou novamente preocupação com as expectativas, que mostraram "pequena deterioração na margem", atribuída ao questionamento sobre a meta futura de **inflação**.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou por diversas vezes o nível atual das metas, fixado em 3% para os próximos anos, e desde então o mercado aposta que em junho, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) usualmente define o objetivo a ser perseguido pelo BC para três anos à frente, o governo eleve o percentual e faça ajustes também para os anos anteriores.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem um voto no conselho, defendeu recentemente que a meta seja contínua e não mais por ano-calendário.

"Neste contexto, o Comitê reforça que decisões que induzam à reancoragem das expectativas e que elevem a confiança nas metas de **inflação** contribuiriam para um processo desinflacionário mais célere e menos custoso", reafirmou. Segundo o documento, o Copom analisou os principais

determinantes da trajetória de **inflação** e como eles se comportaram no período mais recente.

"Não houve grande alteração no cenário prospectivo do hiato do produto [medida de ociosidade da economia]", concluiu.

O colegiado ainda enfatizou que a **inflação** de serviços e os núcleos, que excluem itens mais voláteis, apresentam resiliência "e menor velocidade da desinflação nas últimas divulgações", mas que a dinâmica está de acordo com o "processo não linear" previsto. Para o Copom, a queda no ritmo de alta dos preços tem dois estágios: o primeiro, mais rápido e o segundo, que é o atual, mais devagar.

O BC ressaltou o "comportamento benigno recente" nos preços de atacado, em alimentos e itens industriais, "em linha com a visão do comitê". A previsão do Copom é que a **inflação** acumulada em 12 meses continue caindo no segundo trimestre, como efeito da base de comparação que ainda inclui os cortes de **impostos** implementados no ano passado, mas volte a subir no terceiro trimestre.

Sobre os impactos da política fiscal na **inflação**, o colegiado disse que vai acompanhar a tramitação no Congresso. "A materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno", acrescentou.

O Copom repetiu que a condução da política monetária requer "serenidade e paciência" para incorporar defasagens.

O texto trouxe, ainda, uma discussão entre os membros sobre o nível atual da taxa neutra, estimado em 4% pelo BC. Alguns diretores argumentaram que ela pode estar mais alta que a projeção da autoridade, mas a maioria julgou que a interpretação "ainda parece prematura e necessita de corroboração maior dos dados".

Em relação ao ambiente de crédito no país, o Copom manteve o diagnóstico de que a desaceleração recente "parece compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária", ainda que "persista" uma diminuição mais acentuada da oferta em modalidades específicas. "O comitê antecipa uma moderação na concessão do crédito ao longo dos próximos meses, mas em linha com o que se observou em ciclos anteriores de aperto de política monetária."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187540>

Galípolo defende diálogo com o BC



Gabriel Galípolo com Haddad, na época da transição de governo: afinidade de pensamento com o ministro e diálogo "educado" com o BC

Rosana Hessel

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, admitiu que pode ser a voz dissonante no Banco Central (BC), mas que pretende "construir consensos" entre as políticas monetária e fiscal quando assumir a diretoria de Política Monetária da autarquia, caso tenha seu nome aprovado pelo Senado. Para isso, pretende conduzir o diálogo, da forma "mais democrática e cordial possível", pois "todo mundo quer baixar os juros". Ele tem convicção de que a atual diretoria da autoridade monetária não tem nenhum tipo de satisfação de deixar os juros no atual patamar.

"O ministro Fernando Haddad vem dizendo há muito tempo que ele está tentando evitar um equívoco na economia, que é você ter uma política monetária que vai por um lado, e uma política fiscal que vai para o lado oposto. Esse tipo de diálogo e esse tipo de convergência entre a política monetária e fiscal são essenciais", afirmou Galípolo, ontem, a jornalistas, em frente à sede da Fazenda.

Galípolo foi confirmado por Haddad, na segunda-feira, como o nome escolhido para a diretoria de Política Monetária do BC. Atualmente, ele exerce a função de ministro interino, porque Haddad embarcou para o Japão para participar, como convidado, do encontro ministerial dos G7, grupo dos países mais industrializados do planeta.

Ele afirmou que tem uma boa relação com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e com a diretoria também, mas isso "não significa obrigatoriamente que todo mundo vai pensar igual em economia".

"A conversa com o Banco Central tem sido sempre da maneira mais educada e cordial possível. É óbvio que

tenho uma grande afinidade de pensamento com o ministro Fernando Haddad. A intenção é facilitar a convergência das duas políticas", assegurou.

Ao ser questionado se pretende votar pela queda dos juros nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), ele afirmou que "não necessariamente". "Eu acho que todo mundo quer baixar os juros. Tenho a convicção de que toda a diretoria do Banco Central não tem nenhum tipo de satisfação, nem profissional nem pessoal, de ter um juro mais alto. O que vem sendo feito pela Fazenda é tentar criar um ambiente para que o mercado possa colocar os preços da maneira adequada e que o Banco Central possa sancionar essa redução de juros", afirmou, acrescentando que, "antes de tudo", tem que esperar a sabatina no Senado Federal.

Ele contou que já teve manifestações positivas de vários parlamentares, inclusive do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Fiquei muito contente com as declarações públicas e privadas", afirmou.

Gabriel Galípolo evitou comentar a ata do Copom, divulgada ontem, mas reconheceu que ela é clara e considera outras condicionantes para a manutenção dos juros além da desaceleração atual da **inflação**. E reforçou que pretende pacificar o diálogo entre o governo e o Banco Central. "Espero que a gente possa construir consensos e caminhar da melhor forma possível", emendou.

Herança ultrapositiva

Ao tratar das reservas internacionais do país, atualmente em US\$ 347,8 bilhões, Galípolo disse que elas são uma "herança ultrapositiva" dos governos anteriores de Lula. Ele lembrou que outros países emergentes estão passando por dificuldade neste momento justamente pela restrição de divisas internacionais. "Agora, com a alta dos juros em outros países, essa herança nos coloca em uma condição muito mais segura, até para um cenário mais adverso que vem pela frente, para se apresentar, como um caso de eleição de investimento para a economia internacional", afirmou.

O secretário evitou comentar os rumores de que está sendo preparado para presidir o Banco Central a partir de 2025, após o fim do mandato de Campos Neto. Afirmou que não está no governo por um projeto de carreira pessoal, mas para colaborar com o que for

preciso.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/10/all.pdf>

Copom volta a pedir "serenidade e paciência" com Selic

Marcelo Casal Jr/Agência Brasil



Para o Banco Central, taxa de juros neutra está maior, o que diminuiu a potência da política monetária

Rosana Hessel

O Banco Central (BC) reforçou os alertas sobre a resiliência da **inflação** e voltou a recomendar paciência e serenidade com o atual patamar da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022. Os recados constam da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, na qual o colegiado decidiu manter a Selic pela sexta vez consecutiva. O documento foi divulgado ontem.

Apesar das pressões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que os juros baixem de imediato, o BC não deu sinais de quando poderá iniciar o ciclo de queda e manteve a porta aberta para uma possível alta, se for necessário. "O Comitê avalia que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária. E enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", destaca o documento.

A principal missão do BC é preservar o valor da moeda e fazer a **inflação** voltar para o centro da meta no horizonte relevante, ou seja, em 2024 - que tem meta de **inflação** de 3%, com teto de 4,50% -, já que a meta deste ano - de 3,25%, com limite superior de 4,75% - está muito difícil de ser alcançada.

Na ata, o colegiado elogiou o novo arcabouço fiscal, mas voltou a afirmar que não existe relação mecânica entre a aprovação da nova regra e a convergência da **inflação** para a meta. "O comitê avalia que a probabilidade de cenários mais extremos de trajetória da dívida pública se reduziu, mas nota também que

não houve mudança relevante nas projeções de **inflação**, uma vez que as expectativas não se alteraram de forma significativa. Tal comportamento reforça o entendimento de que não há relação mecânica entre a política monetária e o arcabouço fiscal", frisa a ata.

Juro neutro

Analistas lembraram que o Banco Central não mudou o tom do **comunicado** e acabou dando mais subsídios aos motivos da manutenção da Selic no atual patamar, apesar de os juros altos serem um freio para o crescimento econômico.

"As atas têm sido um acúmulo de questões colocadas pelo BC. Nas últimas, eram a questão do arcabouço fiscal e os gastos parafiscais. Agora, o BC entrou mais na questão dos juros neutros, apontando que eles subiram de patamar, no Brasil, em torno de 4%. Talvez seja um pouco mais do que isso, mas é uma ata que traz riscos adicionais aos que a gente tem visto. E sinaliza que, para trazer a **inflação** a 3%, que é a meta, seria preciso manter os juros em 13,75% durante um longo prazo, provavelmente, além deste ano", comentou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A taxa neutra real de juros é aquela que mantém a **inflação** estável e não prejudica a atividade econômica, pois ainda garante ganhos de produtividade na economia. A ata enfatiza que "a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas tem o potencial de elevar a taxa neutra e diminuir a potência da política monetária", registrando que, nesse aspecto, houve divergências de opiniões entre os membros do Copom.

Na avaliação de Vale, para que a Selic não continue no atual patamar até o fim do ano, será preciso que o novo arcabouço evolua e seja aperfeiçoado no Congresso, e que o Conselho Monetário Nacional (CMN) mantenha a meta do próximo ano em 3%, em vez de aumentá-la para 4% ou 4,5% como tem sinalizado a vontade do presidente Lula, patamares de quando ele assumiu o primeiro mandato.

"Se o CMN mantiver a meta em 3%, as expectativas de **inflação** começam a baixar e haverá espaço para o BC seguir no cenário de queda dos juros", afirmou

Vale. Ele manteve a projeção de que o ciclo de queda da Selic deve começar em setembro, e prevê os juros básicos terminando 2023 em 12,50% ao ano, passando para 10%, no fim de 2024.

Para Eduardo Velho, o Copom sinalizou, de forma implícita, que é contra o ajuste da meta de **inflação**, que pode ser feito na reunião de junho do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Vale lembrar que o Banco Central reiterou a desancoragem das expectativas e que estamos no ciclo de desaceleração do IPCA, que será lento. E, de fato, a partir de agosto, a **inflação** em 12 meses deverá aumentar para uma taxa mais próxima de 7% do que ficar abaixo de 6% em 2023", afirmou.

O especialista reforçou as apostas de que a Selic continuará no atual patamar até o fim do ano. "A pressão política sobre o Banco Central será muito forte em junho, não somente pela próxima decisão do Copom, mas também na reunião do CMN. É possível que Tebet e Haddad possam querer elevar a meta de **inflação**", disse. (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/10/all.pdf>

Regra fiscal reduziu risco de cenário extremo de alta da dívida e pode baixar inflação, diz BC

Bernardo Caram

O Banco Central (BC) avalia que a apresentação do arcabouço fiscal pelo governo reduziu a incerteza associada a cenários extremos de crescimento da dívida pública, conforme ata do Copom (Comitê de Política Monetária) publicada nesta terça-feira (9).

O documento reafirmou que se o Congresso aprovar uma regra considerada crível e sólida, há uma tendência de um processo benigno de desinflação, embora ressalte que não há relação mecânica entre a regra fiscal e os níveis de preços.

"A materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de **inflação**, a incerteza na economia, o prêmio de risco associado aos ativos domésticos e, consequentemente, as projeções do Comitê", disse.

O Copom ressaltou que as expectativas de **inflação** seguem desancoradas das metas, tendo havido uma pequena deterioração, destacando que acompanha este movimento com preocupação.

No documento, o BC afirmou que no atual estágio da dinâmica inflacionária, o processo de redução de preços tende a ser mais lento, em meio a um ambiente com expectativas desancoradas.

No entanto, a ata reafirma a avaliação apresentada no **comunicado** da semana passada de que os cenários que poderiam requerer a retomada do ciclo de aperto monetário se tornaram menos prováveis.

O BC decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano na reunião mais recente, sem sinalizar um possível corte futuro da taxa básica, como tem sido cobrado pelo governo Lula, mas passou a ponderar que um cenário de novos aumentos nos juros agora é "menos provável".

O documento afirma ainda que, considerando a base de comparação com o ano passado, é esperada "uma queda relevante" no índice de preço acumulado em 12

meses até este trimestre, com elevação do indicador até o fim do ano. E ressalta que o movimento não altera a **inflação** subjacente e as perspectivas futuras.

O BC disse que os indicadores seguem corroborando o cenário de desaceleração gradual da atividade, em linha com o esperado. O documento, que em março falava em "sinais de moderação" do mercado de trabalho, agora afirma que a área de emprego "tem apresentado resiliência".

"O Copom antecipa um crescimento mais vigoroso na divulgação do **PIB** referente ao primeiro trimestre do ano, especialmente em função da produção agrícola, seguido por moderação da atividade econômica em ambiente marcado por resiliência no mercado de trabalho", disse.

João Savignon, head de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital, avalia que a perspectiva para um afrouxamento monetário no curto prazo é desafiada pela desancoragem atual das expectativas, a manutenção dos núcleos de **inflação** em patamar superior ao teto da meta e a resiliência da atividade.

"Essa dinâmica mantém o Banco Central mais conservador, atrasando o início do ciclo de cortes", disse.

A ata afirmou que o ambiente externo se mantém adverso e avaliou que o impacto dos episódios envolvendo bancos no exterior tem viés negativo para as condições financeiras e o crescimento global, embora tenha sido registrado um contágio limitado até o momento.

Recados da ata mostram influência da política no Copom

Alexa Salomão

Integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, pelo que vem sendo escrito nos comunicados e atas, se deixaram envolver na briga pública sobre os juros com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A ata desta terça-feira (9) tem exemplos dessa toada.

Uma das afirmações que mais chama atenção é aquela destacando que o "Copom enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado."

O Copom adota esse tipo de aviso desde antes do primeiro turno da eleição presidencial, como se houvesse algum risco de ele titubear. A permanência de tal destaque já vem sendo considerada no mínimo "infeliz" por alguns economistas. O Copom existe para não hesitar nesses casos. Nem quem questiona o alto patamar dos juros hoje tem dúvida de que ele reagiria em caso de repique dos preços.

O texto também volta a pedir que se tenha, com a condução da política monetária, "paciência e serenidade". A recomendação é citada não uma, mas três vezes na edição atual. Na ata da reunião anterior, tal recomendação foi citada duas vezes.

Impossível não ler a reiterada afirmação como um comentário direto para os integrantes do governo, especialmente ao presidente Lula, que tem nitidamente perdido a paciência e a serenidade quando fala dos juros no Brasil.

A ata aborda a questão fiscal e seus efeitos sobre a **inflação** em quatro parágrafos. Afirma que a apresentação da proposta de arcabouço fiscal reduz parte da incerteza nesse terreno. Porém, volta a afirmar que "não há relação mecânica entre a política monetária e o arcabouço fiscal". Pela descrição da ata, a cúpula do BC sinaliza que um fiscal ruim contribui contra, mas regras novas, mesmo que funcionem, não pesam a favor.

Não foi a mensagem do Copom na ata de janeiro de 2017, após a aprovação do teto de gastos.

O texto da época lembra que todos os membros do Comitê reiteraram que a aprovação da emenda constitucional que travou os gastos públicos era "uma contribuição importante para a economia brasileira".

"Enfatizaram, ainda, a relevância de outras reformas no âmbito fiscal para a continuidade do processo desinflacionário em curso e para as perspectivas de manutenção da **inflação** em torno da meta, com benefícios para a sociedade", diz o texto da época.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já afirmou que a instituição não faz política fiscal, mas pode jogar luz sobre o debate. Pelo descrito nas atas, a voltagem pode variar.

O combate à **inflação** é um desafio global. As atas

destacam isso. Entender a dinâmica dos preços durante e depois da pandemia se mostrou um novo tipo de desafio. Nem todas as velhas fórmulas funcionam. Os custos dispararam, elevando os preços de itens tão díspares quanto repolhos e automóveis. No gradual retorno à normalidade, ocorreram vários repiques, no comércio, na indústria e, mais recentemente, nos serviços.

Há uma desaceleração da **inflação**, gradual e nada homogênea. Boa parte dos preços estacionou em patamares elevados. Muitas convicções e pouco debate, o que vem sendo demonstrado tanto pelo governo como pelo BC, não parecem o caminho mais racional para a solução neste momento atípico.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50272&maxTouch=0>

Crédito de banco público sobe mais que privado pela 1º vez desde 2016

Lucas Bombana

O crescimento da carteira de crédito dos bancos públicos ultrapassou neste ano o ritmo dos privados pela primeira vez desde 2016. Para analistas, a estratégia de estímulo ao crescimento via instituições estatais pode dificultar o início do corte de juros pelo Banco Central (BC).

A expansão da carteira de crédito dos bancos públicos foi de 13,78% nos 12 meses encerrados em março, contra 10,89% dos privados de controle nacional (ou seja, sem considerar instituições de natureza estrangeira como o Santander), segundo os dados mais recentes da autoridade monetária.

A última vez em que os bancos sob controle estatal haviam registrado um crescimento acima dos privados na janela de um ano foi em julho de 2016 -de 2,8% e 2,2%, respectivamente.

Analistas de mercado assinalam que, embora o resultado tenha sido alcançado durante os primeiros meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a maior parte do período considerado na janela de comparação corresponde à gestão do governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL).

"O intervalo de 12 meses até março abarca um bom período do governo anterior, que também já vinha nessa toada de incentivar a economia, que estava patinando", afirma João Frota Salles, analista da Senso Investimentos.

Analista da Austin Rating, Luis Miguel Santacreu acrescenta que o período analisado de três meses do governo petista ainda é muito curto para cravar que a expansão das carteiras dos bancos públicos se deveu à adoção de uma política voltada à expansão monetária.

"Pela curta janela de atuação do novo governo, acredito que ainda não é possível afirmar que essa maior expansão dos bancos públicos se deve a ele", concorda Christopher Galvão, analista da Nord Research.

Galvão afirma que o ritmo de crescimento dos bancos públicos começou a aumentar ainda em meados de 2022, como provável reflexo da alta da Selic, uma vez

que eles têm uma atuação maior no crédito direcionado, voltado para linhas como agronegócio e habitação, que sente menos o efeito do aumento dos juros do que as linhas de crédito livre.

Os dados do BC mostram que, nos 12 meses encerrados em março, o saldo do crédito direcionado registrou expansão de 14,2%, enquanto o livre cresceu 10,5%.

"A gente percebe nitidamente que tem tido um aumento maior do crédito direcionado", diz Santacreu, acrescentando que BB (Banco do Brasil) e Caixa são conhecidos no mercado pela atuação destacada em linhas de crédito para o agronegócio e o mercado imobiliário.

No caso do BB, que divulga os dados de janeiro a março no dia 15, a expectativa dos analistas é de uma forte expansão do lucro no período, impulsionado em boa medida pela carteira agro.

Os números do banco público poderão servir como uma primeira sinalização das reais intenções do governo de se valer das instituições financeiras estatais para estimular o crescimento econômico, diz Salles.

Ele afirma que os resultados do BB têm potencial para alimentar o debate sobre a condução da política monetária pelo BC, já que sinais de uma política creditícia expansionista podem dificultar o início do ciclo de corte dos juros defendido pelo presidente da República.

"Se há uma desancoragem das expectativas [de **inflação**], uma postura mais "hawkish" [pró-aperto monetário] do BC, o governo indo contra esta estratégia só gera descasamento [entre política fiscal e monetária]", afirma Julio Hegedus Netto, economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management.

Ele diz que não descarta uma espécie de "remake" dos anos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), quando o governo optou por estimular a demanda de forma artificial. "Os bancos públicos podem ganhar participação de mercado, mas, de forma concreta, não observamos uma demanda mais forte."

Galvão, da Nord, afirma que sinalizações recentes do

governo já indicaram o uso de políticas parafiscais para estimular a economia por meio da oferta de crédito subsidiado pelos bancos públicos.

Em declarações no início de março, Lula afirmou que vai lançar um programa para que os bancos públicos e de desenvolvimento sejam usados para a promoção de investimentos, gerando empregos e contribuindo para um melhor desempenho da economia.

Os bancos públicos "vão voltar a investir dinheiro para gerar emprego, gerar desenvolvimento e gerar a distribuição de renda efetiva para esse país", afirmou o presidente na ocasião.

A depender da magnitude dessa atuação, é uma situação que pode causar distorções no mercado de crédito, diz o analista da Nord.

Galvão afirma que, na ata do Copom (Comitê de Política Monetária) divulgada nesta terça-feira (9), o colegiado destaca que o uso de políticas parafiscais tende a elevar o juro neutro da economia, que é aquele que estimula o crescimento sem causar **inflação**.

"É importante que a política fiscal e monetária atue na mesma direção para controlar a **inflação**. As sinalizações [do governo] até o momento não corroboram muito essa visão."

Procurados, Caixa e BB não comentaram por estarem em período de silêncio antes da divulgação dos resultados do primeiro trimestre, previstos para os próximos dias 11 e 15, respectivamente.

Salles, da Senso, afirma que, no caso dos privados, a alta dos juros, com a Selic em 13,75% ao ano, e o consequente avanço da inadimplência, fez com que eles apertassem o freio na concessão do crédito.

Episódios envolvendo grandes empresas, como Americanas e Light, também acenderam o alerta entre os bancos, diz o especialista. "Com a taxa de juros permanecendo elevada, os bancos privados vão continuar sendo comedidos e muito cautelosos."

O analista da Senso afirma também que, nos resultados do primeiro trimestre, já foi possível identificar uma queda no ritmo de expansão dos bancos privados, com aumento nos níveis de provisionamento para possíveis calotes.

Ao comentar os resultados do primeiro trimestre em conversa com jornalistas, o presidente do Bradesco afirmou que a inadimplência deve seguir em alta e que o momento ainda exige uma postura cautelosa do banco na concessão de crédito.

Já o presidente do Itaú afirmou que o crescimento da carteira de crédito no período refletiu uma postura mais cautelosa por parte do banco, assim como uma menor procura das empresas.

Rio de Janeiro vai sediar encontro da cúpula do G20 em 2024

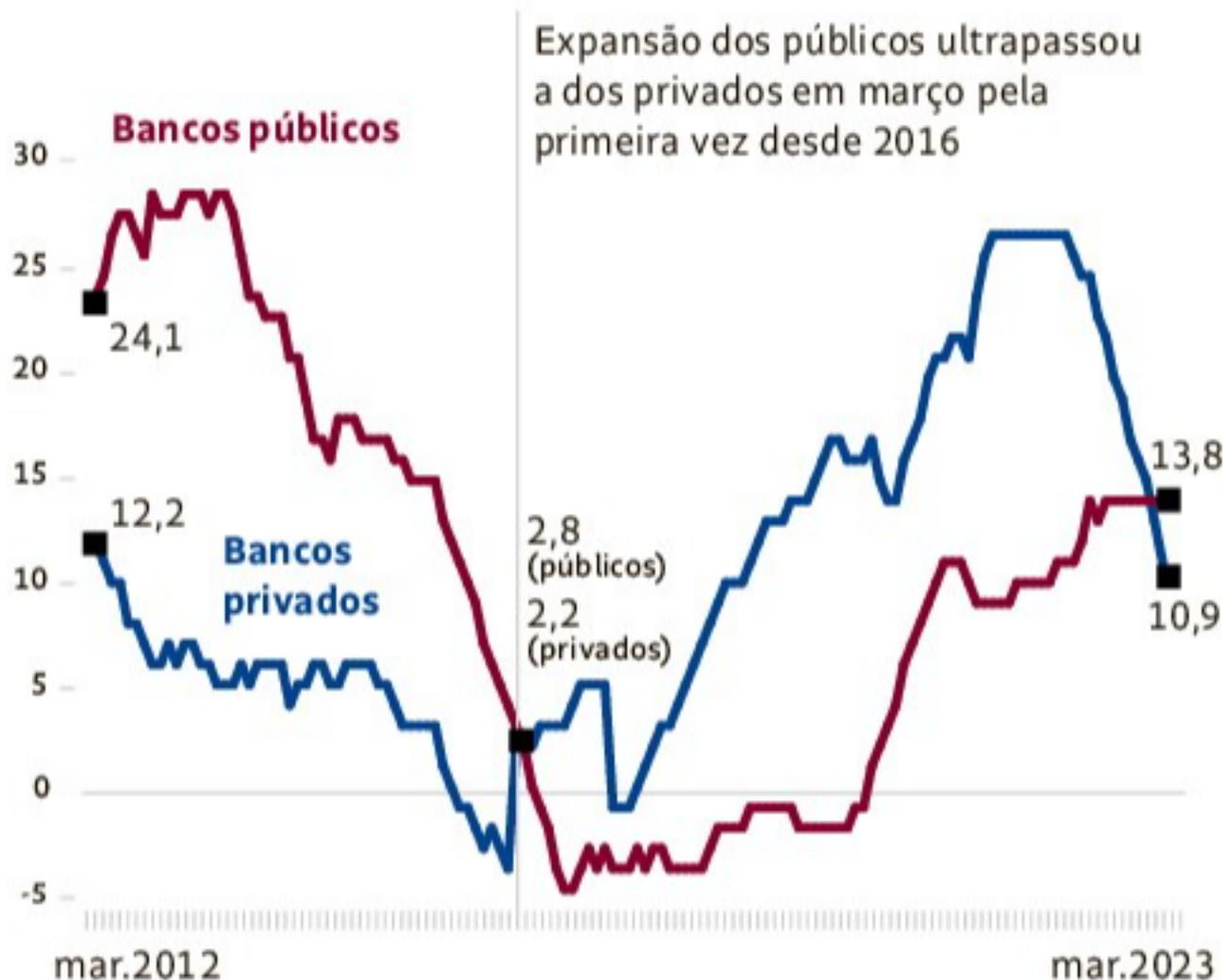
O governador Cláudio Castro (PL) anunciou na noite desta segunda-feira (8) que o Rio de Janeiro vai sediar o encontro da cúpula dos chefes de estado do G20, em novembro de 2024. "As 20 maiores potências econômicas mundiais estarão reunidas e serão convidadas mais dez nações, totalizando 30" disse. O Brasil assume a presidência do G20 em dezembro deste ano e deve ter na agenda de prioridades econômicas a mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável e combate às mudanças climáticas, além do alívio da dívida dos países pobres. A presidência rotativa do grupo é hoje exercida pela Índia.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50272&maxTouch=0>

Evolução da carteira de crédito de bancos públicos e privados em 12 meses

Em %



Fonte: Banco Central

Galípolo afirma que quer ser "facilitador" na relação do BC com a Fazenda



WASHINGTON COSTA/MF-2/1/2023

Galípolo, indicado para o BC: 'Discussão sobre meta é contínua'

THAÍS BARCELLOS FERNANDA TRISOTTO / COLABORARAM LUÍS EDUARDO LEAL, CÍCERO COTRIM e ANTONIO PEREZ

Indicado para a diretoria de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, o atual secretário executivo do Ministério da Fazenda, afirmou ontem que pretende ser um facilitador da condução das políticas monetária e fiscal, fazendo o meio de campo entre o BC e a Fazenda.

Segundo ele, a boa relação com a diretoria da autoridade monetária, em especial com o presidente, Roberto Campos Neto, facilitaria a tarefa. "A minha missão no Banco Central é de ser facilitador de convergência entre o BC e a Fazenda", disse no número 2 da Fazenda à CNN. O BC tem autonomia, e suas decisões não são atreladas a qualquer ministério.

Galípolo se esquivou de fazer comentários sobre condução da política monetária, ainda mais com sua indicação para a autoridade monetária pendente da avaliação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado. "Seria pouco adequado dar algum tipo de pitaco", disse.

Na mesma conversa, ele negou ontem que a discussão de alterar meta de **inflação** levantada pelo governo tenha tido alguma vez objetivo "casuístico" de influenciar a taxa básica de juros, hoje em 13,75% e alvo de reclamações constantes do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e seus auxiliares.

"Em nenhum momento, foi colocado de maneira casuística, para tentar ver como poderia ser feito algum tipo de alteração, para ter objetivo específico na taxa de juros. É uma discussão que é contínua", afirmou em entrevista à CNN.

Segundo Galípolo, o debate envolve a Fazenda, o BC e o Ministério do Planejamento e trata de avaliação sobre a literatura e as melhores práticas internacionais para uma atualização do arcabouço de política monetária no Brasil.

O número 2 da Fazenda disse que essa discussão envolve os parâmetros que estão sendo observados fora do País e o nível de indexação da economia brasileira. "O BC tem técnicos muito bem qualificados, que fazem essa discussão de forma profunda e contínua, olhando as melhores práticas ao redor do globo", disse.

REAÇÃO.

O bom desempenho das commodities e as apostas em flexibilização da política monetária apoiaram o Ibovespa, que subiu pelo quarto dia seguido ontem. O índice terminou o dia em 107.113,66 (+1,01%), descolado das Bolsas de Nova York e na maior cotação de fechamento desde 23 de fevereiro. O dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 0,48%, cotado a R\$ 4,9875, devolvendo parte da alta de 1,37% no pregão de anteontem.

No entanto, as taxas dos contratos de juros futuros avançaram ontem puxadas pelo tom da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de maio (mais informações nesta página) e pelas declarações de Galípolo.

Na comparação com o ajuste de segunda-feira, o contrato de DI para janeiro de 2024 avançou de 13,207% para 13,240%, mesmo movimento visto nos vencimentos para janeiro de 2025 (11,665% para 11,795%), 2027 (11,550% para 11,655%) e 2029 (11,951% para 12,050%).

"Seria pouco adequado dar algum tipo de pitaco" Gabriel Galípolo Secretário executivo no Ministério da Fazenda sobre a avaliação de sua indicação pelo

Senado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tebet indica que governo aceitará mudanças no projeto

VICTORIA ABEL

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, sinalizou ontem que governo federal e Câmara dos Deputados estão de acordo com as alterações na proposta de arcabouço fiscal elaboradas pelo relator do texto, Cláudio Cajado (PP-BA).

-Tudo que ele [o relator] tem apresentado como sugestão tem passado pelo corpo técnico tanto do Ministério da Fazenda quanto do Ministério do Planejamento.

Esses pontos [exceções] também foram divergentes dentro da equipe econômica. Chegamos a discutir se incluíamos ou não o piso de enfermagem dentro dos limites dos gastos, a mesma coisa em relação às estatais não dependentes -afirmou Tebet em visita ao Senado.

Segundo a ministra, não são questões novas para a equipe e as mudanças nas quais se "preserve a espinha dorsal" do projeto vão ser acatadas pelo governo federal.

Tebet disse ainda que sugeriu ao relator prazo de quatro meses para o governo colocar em prática medidas de contingenciamento de despesas, em caso de descumprimento da meta fiscal.

-Fizemos uma sugestão de quatro meses. Mas três ou quatro meses é melhor do que dois. Dois meses é um prazo muito apertado.

Muitas vezes impedimos investimentos e recursos para obras inacabadas. Três meses, pelo menos, mas o ideal seria quatro -explicou.

A ministra informou ainda que o índice de **inflação** a ser divulgado pelo IBGE na próxima sexta-feira deve ficar abaixo do esperado, segundo conversas que teve com economistas. Tebet disse que as previsões são do próprio mercado e que não recebe informações antecipadas do IBGE: -Não sou eu que estou dizendo. O Focus (pesquisa do BC com bancos) mostrou isso esta semana, e o BC colocou na ata do Copom (Comitê de Política Monetária), que manteve os juros em 13,75% na semana passada), apontando para queda relevante da **inflação**.

Tebet também foi questionada por senadores se o BNDES financiaria empréstimos para países do Mercosul investirem em infraestrutura. O presidente Lula chegou a mencionar a possibilidade após conversas com o presidente da Argentina, Alberto Fernandez.

SEM EMPRÉSTIMO A PAÍSES A ministra negou que a concessão de verbas a outros países esteja no radar do governo: -O novo PAC tem a participação do BNDES. Mas, até onde eu saiba, não tem foco para empréstimo a outros países.

Qualquer coisa neste sentido teria que estar no arcabouço fiscal. O que temos visto é uma forma de mudar certas regras para empresários brasileiros que tem contratos grandes com países do Mercosul, dando garantia de uma moeda, como o real, que não é tão volátil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>